

## ATA Nº 40/2018

Ata da sessão ordinária, realizada em 24 de setembro de 2018.

Aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano de 2018, nesta cidade de Califórnia, no edifício da Câmara Municipal, realizou-se às 18h30min, a trigésima sessão em caráter ordinário, relativa à segunda sessão legislativa da décima quinta legislatura; sob a presidência do vereador Jean Carlos Neves Presentes os vereadores: Artur Antonio de Oliveira, Junior Cesar Belonci, Fernandes Fracassi, Paulo Polato, Diogo Porto, João Batista da Silva, Vilmar Rodrigues da Silva e Claudemir Nunes Barbosa. Verificando número regimental, o senhor presidente declarou aberta a sessão com os dizeres: “Sob a proteção e em nome de Deus declaro abertos os trabalhos da presente sessão”. Ato contínuo convidou o vereador **Junior** para fazer a leitura do texto bíblico e juntos fizeram a oração do Pai Nosso. Lida e colocada em votação foi aprovada sem retificações a ata da sessão anterior.

**Correspondências recebidas:-** Projeto de Lei nº 042/2018 e Ofício nº 78/2018 CG2017 – Circular - do conselheiro do TCE-PR Fernando Augusto de Mello Guimarães. **Ordem do Dia:-**

**Projeto de Lei nº029/2018- SÚMULA:-** Amplia as vagas de Professores – PROFESSOR I 20 HORAS SEMANAIS – do Processo Seletivo Simplificado – PSS para os cargos de Professor e Professor de Educação Física referente ao edital de abertura 004/2017; o mesmo recebeu parecer contrário das Comissões Permanentes de Justiça e Redação e Finanças e Orçamento, porque alterar edital é de competência do Executivo, sendo desnecessária autorização do Legislativo. Sendo considerado Rejeitado. Em primeira discussão e votação foram aprovados por unanimidade de votos os projetos de Leis que seguem:- **Projeto de Lei nº034/2018- SÚMULA:-** Acrescenta ao Perímetro Urbano de Califórnia, os imóveis: LOTE DE TERRAS SOB Nº 19-97-A e o LOTE DE TERRAS, com 1,50 alqueires, iguais a 36.300,00 m2, situados na Colonização Nova Califórnia, Município de Califórnia. **Projeto de Lei nº038/2018- SÚMULA:-** “Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Califórnia, Estado do Paraná, para o Exercício Financeiro de 2019”, e da outras providencias. **Projeto de Lei nº040/2018- SÚMULA:-** Cria o Cargo de Orientador Social para atendimento ao Serviço do Governo Federal de Reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e disciplina a contratação de pessoal. **Projeto de Lei nº041/2018- SÚMULA:-** Declara de Utilidade Pública a área de terra, localizada na zona rural do Município de Califórnia-PR, para fins de instituição de Servidão de Passagem, implantação de estrada municipal. Em discussão e votação foi reprovado, por necessitar de aprovação em plenário por maioria absoluta dos vereadores, com a seguinte votação: quatro votos favoráveis: Vilmar, Fernandes Fracassi, Artur e Junior e votos contrários dos vereadores: Claudemir, Paulo, João e Diogo Porto, o Requerimento nº 12/2018 de autoria dos vereadores: Fernandes Fracassi, Artur Antonio de



Oliveira e Vilmar Rodrigues da Silva. **Considerações finais:-** Usando da palavra o vereador **Claudemir** cumprimentou e agradeceu a presença de todos. A população tem acompanhado os trabalhos desta casa e verificado sua clareza e transparência. Referindo-se ao Requerimento que pedia abertura de CPI, neste fato não foi feito nada escondido, não houve negociação do senhor presidente da Câmara não contratou nem prestou serviço para o Executivo, não houve nenhum pagamento a ele. Que sirva de experiência para cada um e que fiquem mais atentos. Já passou por isso e sabe o quanto dói quando tomam alguma atitude para ajudar a administração, sem nenhuma maldade e são mal interpretados. O mais importante é que o requerimento foi derrubado e parabenizou os vereadores que votaram contra. Devem continuar trabalhando e buscando recursos para o município. Califórnia é o município da região que tem recebido mais recursos Estaduais e Federais, inclusive vários veículos e máquinas chegaram e estão chegando para ampliar a frota do município. Exemplo de trabalho conjunto do Legislativo e Executivo. Usando da palavra o vereador **Artur** cumprimentou e agradeceu a presença de todos. Elogiou a atitude dos companheiros que mesmo sendo um assunto polemico os debates e a votação foi tranquila. Se a maioria dos vereadores entendem que não há nada mais a ser averiguado respeita a opinião. Apresentou o requerimento juntamente com os vereadores: Fracassi e Vilmar por prezar pela transparência, são fiscais da administração e devem respeitar e cumprir a Legislação. O vereador Diogo disse que o senhor presidente assumiu o erro e se aprovado o requerimento, seu mandato seria cassado, por isso votou contra, pois acha punição muito severa para o fato. Registrou que se fosse aprovado o requerimento seria para averiguar as responsabilidades e de acordo com a conclusão seriam tomadas as providencias. Destacou que não classifica o episódio como roubo, pois roubo é quando recebe sem prestar o serviço e no caso o serviço foi prestado, porem ao vereador é proibido prestar serviço para o executivo. Em sua opinião o mínimo que o senhor presidente deveria fazer agora seria não cobrar estas viagens. Algumas pessoas falaram, que caso o requerimento fosse aprovado atrasaria os trabalhos no Parque Industrial e isto não é verdade, não afetaria em nada. Cada um tem um ponto de vista e deve ser respeitada, infelizmente hoje a maioria achou que não precisaria investigar as responsabilidades do senhor presidente, inclusive argumentando que o senhor Jean é réu confesso. Usando da palavra o vereador **Fernandes Fracassi** cumprimentou e agradeceu a todos pela presença, que venham mais vezes. Destacou a presença do senhor Antonio Carlos e Ciro, radialistas que levam as notícias ao povo. Respeita o voto de cada um e disse que não tem nada contra o senhor Jean, mais não concorda com algumas atitudes do senhor presidente. Desde a posse disse que se o vereador ganhasse a presidência, iria contratar assessora jurídica, sem necessidade e disse também que se isto se confirmasse ele denunciaria no Ministério Público e realmente fez a denuncia que foi acatada e o senhor presidente foi processado por



improbidade administrativa. Como legisladores devem ter conhecimento das Leis para não envergonhar esta Casa. É uma vergonha estar discutindo um requerimento desta natureza, visto que o vereador está impedido de contratar com o Município. Jamais imaginou que nesta Legislatura teria que votar e apresentar denuncia ao Ministério Público contra o representante do Legislativo, por ter contratado assessoria jurídica que não comparecia no serviço, uma assessoria particular para o presidente. Quanto ao processo licitatório pode ser legal, mas não é moral, pois todos sabem que é o vereador Jean que controlador da frota de veículos da Empresa de seu pai. O artigo 37 é bem claro – É vedado ao vereador manter contrato com o município. Perderam aqui na Câmara, mas a denúncia vai continuar para serem apurados os fatos junto ao Ministério Público para que a lei seja cumprida e a moralidade respeitada. Como disse o vereador Diogo o senhor presidente é réu confesso. Se fosse ele que estivesse sendo denunciado, renunciaria ao cargo, acha que seria mais digno. O senhor presidente vereador Jean cumprimentou e agradeceu a todos pela presença. Registrou que esta foi uma reunião produtiva com vários projetos de grande importância sendo aprovados, não que o requerimento não seja importante, mas não podem se esquecer das outras matérias. Gostaria de registrar que os presidentes que o antecederam também nomearam assessores jurídicos em cargos comissionados. Quanto ao trabalho da assessora jurídica ela prestava toda assessoria necessária e comparecia a Câmara sim. Agradeceu de coração aos que votaram contra a aprovação do requerimento, bem como aos que votaram a favor. Como foi falado durante os debates Califórnia tem varias empresas de transportes, mas só compareceram duas empresas: a de seu pai e uma de Marilandia, sendo que o valor inicial do processo estava estimado em R\$ 48.000,00 e na disputa caiu em muito o valor. O próprio Fracassi disse que ele não faria o transporte pelo valor que foi contratado. Não está havendo superfaturamento, nem prejudicou o município, pelo contrário, o município só ganhou. Nada mais havendo a ser tratado convocou os senhores vereadores para sessão em caráter ordinário a realizar-se às 18h30min do dia 01 de outubro de 2018, declarando encerrados os trabalhos da presente sessão às 19h30min. Eu \_\_\_\_\_ (Monica da Consolação Cordeiro), Secretária Geral, lavrei a presente ata que lida e aprovada será assinada pelos senhores vereadores.

Diogo Porto



Paula Porto











